

## MODELO UNIVERSITÁRIO HERDADO PELA DITADURA: A REFORMA UNIVERSITÁRIA DE 1968 E OS MOVIMENTOS ESTUDANTIS

### UNIVERSITY MODEL INHERITED BY DICTATORSHIP: THE 1968 UNIVERSITY REFORM AND STUDENT MOVEMENTS

*Wesley Ramos de Moura<sup>1</sup>*

*Nicole Albuquerque da Silva<sup>2</sup>*

#### RESUMO

Este trabalho retoma a base categórica de um molde que foi aplicado pela Lei 5.540 de 28 de novembro de 1968, mais conhecida como Reforma Universitária, através das políticas educacionais adotadas pelos governos militares. Desta forma, tem-se como objetivo compreender muitas das modificações que ainda se encontram nas universidades brasileiras como consequência desta reforma e entender este modelo de educação produzido pela ditadura civil-militar. Através da consolidação de pesquisas dialogando com autores como José Willington Germano e Alexandre Tavares do Nascimento Lira, demonstramos que as características do modo de ensinar nas universidades que vigoram hodiernamente, são características de um modelo correspondente e se tem alusão o qual foi aplicado pela reforma de 28 de novembro de 1968. Não houve nenhuma mudança gritante na estrutura da reforma estabelecida anos atrás, no máximo “adaptações” para gerir o próprio processo de expansão das universidades de 1968 até os dias atuais. Dado este fato, Saviani (2008b, p. 295) aponta: “faz sentido, pois, retomar a política educacional e as realizações da ditadura militar no Brasil, pondo em destaque aspectos que se fazem presentes, ainda hoje, na educação brasileira”. Desta forma, é preciso se pensar outro espelho universitário por conta do próprio panorama político atual e por conta de que já se passaram mais de 50 anos. É importante se rediscutir para que não haja o risco de a universidade ser “atropelada”.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas educacionais; Reforma Universitária; Educação brasileira.

#### Abstract

This Works takes up the categorical basis of a mold that was applied by Law 5.540 of November 28, 1968, better known as the University Reform Law, through educational policies adopted by the military governments. Thus, the objective is to understand many changes still in the Brazilian universities as a consequence of this reform and to understand this model of education produced by the civil-military dictatorship. Through the consolidation of research, dialoguing with authors such as José Willington Germano and Alexandre Tavares do Nascimento Lira, we demonstrate that the characteristics of a corresponding model and

<sup>1</sup> Acadêmico do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Acre, 6º Período.  
E-mail: [wesley1moura.wm@gmail.com](mailto:wesley1moura.wm@gmail.com)

<sup>2</sup> Acadêmica do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Acre, 6º Período.  
E-mail: [nicsilva\\_ac@hotmail.com](mailto:nicsilva_ac@hotmail.com)

allusion has been applied by the reform of november 28, 1968. There has been no stark change in the reform structure established years ago, at most “adaptations” to managing the universities own expansion process from 1968 to the present day. Given fact, Saviani (2008b, p. 295) points out: “It makes sense, therefore, to resume the educational policy and achievements of the military dictatorship in Brazil, highlighting aspects that are still present in Brazilian education”. In short, we need to think of another university mirror because of the current political landscape itself and because more than 50 years have passed. It is important to rediscuss so that there is no risk of the university being “run over”.

**Keywords:** Educational Policies; University Reform; Brazilian Educational.

### 1 INTRODUÇÃO

Vocês que fazem parte dessa massa  
Que passa nos projetos do futuro  
É duro tanto ter que caminhar  
E dar muito mais do que receber  
E ter que demonstrar sua coragem  
À margem do que possa parecer  
E ver que toda essa engrenagem  
Já sente a ferrugem lhe comer  
Ê, ô ô, vida de gado!  
Povo marcado,  
Ê!! Povo Feliz!  
O povo foge da ignorância  
Apesar de viver tão perto dela  
E sonham com melhores tempos idos  
Contemplam esta vida numa cela  
Esperam nova possibilidade  
De verem esse mundo se acabar [...]  
(Zé Ramalho)

O Estado de Ditadura Civil Militar, instituído a partir de 1964, no contexto da educação, visava estabelecer reformas no ensino superior no intuito de reproduzir e aumentar a força de trabalho na escolarização e qualificação. Desta forma, pode-se perceber que o sistema capitalista estava sendo um dos grandes causadores desta reforma. É importante salientar que o Estado dava ênfase na escolarização e na força de trabalho produzida.

O surgimento das políticas educacionais se dá no contexto onde o Estado assume um cunho ditatorial, apresenta-se um forte crescimento na economia e os interesses do capital prevalecem sobre as necessidades de forças de trabalho.

A década de 1960 foi um período de extrema demonstração do autoritarismo, como também uma época em que houve diversas reformas institucionais, inclusive no meio educacional. Expressando a hegemonia do movimento renovador, houve um avanço da participação popular, precisava-se de um exemplar de universidade que cumprisse a promessa de

reinventar a educação superior, entrelaçar as diversas formas de saber e formar profissionais engajados na transformação do país, se contrapondo ao modelo de universidade segmentado apenas pela justaposição de vários cursos elitizados. Precisava-se de uma solução para a crise universitária e a formação dos recursos humanos para manter a dinâmica do desenvolvimento. Desejava-se, por parte dos estudantes brasileiros, uma experiência de educação unificadora do meio mais moderno em pesquisas tecnológicas com uma produção acadêmica capaz de melhorar a realidade brasileira. No Brasil, o currículo tornou-se palcos de lutas, de opções, de escolhas (ainda que limitadas), muitas vezes apressadas, outras vezes extremamente criteriosas, muitas vezes democráticas, outras autocráticas e impositivas – tudo porque as escolas, em todos os níveis do ensino público e privado, se veem diante do imperativo legal de produzir seus projetos político-pedagógicos. (BERTICELLI, 2005, P. 25).

Mas em contraponto a essa década, contudo, não deixou também de assinalar o esgotamento do modelo renovador, o que se evidenciou pelo fato de que as experiências mencionadas se encerraram no final dos anos de 1960. Porém, a efervescência dos jovens a partir da década de 60 e o seu protagonismo nos movimentos sociais políticos pedagógicos foram de extrema importância para a superação de moldes autoritários de vivência.

## **2 A POLÍTICA EDUCACIONAL ADOTADA PELO ESTADO MILITAR**

Neste período do Regime, concebe-se e empreende-se uma reforma no Ensino Superior (1968) e um ano depois se apresenta uma reforma no Ensino Primário e Médio (1971). Estes modelos de reforma produziam certa valorização da educação, no qual transformava a política educacional numa espécie de sistema excludente e hegemônico. Porém, houve alguns impasses na valorização da educação, pois, o Estado focava os recursos apenas nos setores que eram vinculados a acumulação de capital. Como a educação não fazia parte desses setores, a mesma era sucateada e assim, não tinha verba suficiente. O Estado brasileiro não se desinteressou pela educação, o seu interesse se manifesta através da repressão a professores e alunos indesejáveis ao Regime através do controle político e ideológico do ensino, visando à eliminação do exercício da crítica social e política, para obter a adesão de segmentos sociais cada vez mais amplos para o seu projeto de dominação (Germano, 1994). Nesta política educacional do Regime Militar foi pautada também a chamada “teoria do capital humano” que seria um ponto de vista teórico na economia da educação de cunho liberal.

Em suma, a política educacional do Estado Militar desenvolve-se através dos seguintes aspectos: controle político e ideológico da educação escolar, em todos os níveis, no qual este

controle foi estabelecido de acordo com as forças existentes nas diferentes conjunturas históricas da época, sendo que esta de controle enfraquece uma vez que as forças oposicionistas conseguem ampliar o seu espaço de atuação política; a relação direta e imediata entre educação e produção capitalista onde aparece de forma mais evidente na reforma do ensino do 2º grau, através da pretensão da profissionalização; o incentivo à pesquisa vinculada à acumulação de capital, no qual está relacionado àquela educação baseada num caráter profissionalizante, focando na força de trabalho a qual será exercida pelos estudantes; por último, o descomprometimento com o financiamento da educação pública e gratuita, partindo para a corrupção e privatização do ensino. Desta forma, o setor privado se faz presente no sistema educacional, desqualificando a escola pública.

### **3 AS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS NO CONTEXTO HISTÓRICO DA POLÍTICA EDUCACIONAL**

A criação da Universidade de Brasília (UnB) em 21 de abril de 1962 foi um marco importante, pois foi a primeira universidade brasileira a nascer de um plano definido, onde tinha uma estrutura integrada, flexível, dinâmica e moderna. Ela se contrapôs ao modelo de universidade segmentada pela justaposição de vários cursos. Nessa universidade o departamento substituiu a cátedra como universidade de ensino e pesquisa. Projetada por Darcy Ribeiro e tendo como reitor Anísio Teixeira, apresentou algumas inovações organizativas e pedagógicas. A UnB foi pioneira na ênfase funcional no ensino superior, operando um papel fundamental no desenvolvimento econômico do país e na sua independência científica e cultural. Como um centro de renovação, a UnB passou também a ser reconhecida pela dinâmica das agitações políticas, pois foi concebida a partir da matriz desenvolvimentista da educação, sendo projetada para atender às críticas e anseios do meio universitário brasileiro.

Porém, mesmo com a criação da universidade idealizada, se almejava uma reforma para conciliar a racionalização das estruturas através da compressão de investimentos e a massificação do ensino nas outras partes do Brasil.

No período que vai de 1946 a 1964, o livre jogo das forças democráticas permitiu certo desenvolvimento dos movimentos populares, desta forma, movimentos estudantis eram bastantes presentes no panorama político social da época. Assim, o governo precisava cumprir a promessa de reinventar a educação superior, entrelaçar as diversas variedades de saber e formar profissionais engajados na transformação do país.

No campo educacional realizavam-se debates muito calorosos. O assunto mais empolgante no congresso e mais agitou a opinião pública e os educadores foi a liberdade de ensino. Duas correntes radicalizaram suas posições: a dos defensores da escola pública, representada principalmente pelos educadores filiados ao movimento da educação nova, e a dos defensores da escola privada, ligados aos meios católicos. Foi sobre esse solo que a reforma universitária se sedimentou. A concepção tecnicista foi a ideia que norteou a reforma.

A Universidade de Brasília foi invadida e ocupada pelo menos três vezes pelas tropas militares, tendo a primeira invasão ocorrida em 1964, sendo que, nesta ocasião, efetuaram-se prisões de professores e alunos, instaurou-se um Inquérito Militar e o interventor demitiu cerca de treze professores sem acusação alguma. A segunda invasão se deu por volta de 1965 na gestão do reitor Laerte Ramos, futuro membro da Equipe de Assessoria ao Ensino Superior (EAPES) resultante dos acordos MEC-Usaid (United States Agency for International Development). Laerte solicitou a presença dos militares com o intuito de reprimir uma greve de professores e alunos contra os atos autoritários da reitoria. Mais de 15 professores foram demitidos e, aproximadamente, 210 se demitiram em forma de resistência e protestos. A terceira invasão e ocupação se deu em 1968.

De acordo com Germano (1994), houve intervenção também na Universidade Federal de Paraíba, na Universidade Federal de Minas Gerais, na Universidade de São Paulo, onde se teve uma intervenção bem mais grave em relação às outras universidades já citadas, pois, esta intervenção contou com depredação e destruição de máquinas e equipamentos, acarretando um prejuízo de cerca de 10 milhões de cruzeiros (moeda da época). A segunda invasão na USP se deu em 1968 por grupos militares de direita, fortemente armados. A violência da repressão foi tanta que resultou na morte de um estudante. Houve também, na USP, o processo de “caça às bruxas”, com o intuito de punir portadores de ideias consideradas marxistas e subversivas. O reitor da USP, Gama e Silva, nomeou uma comissão especial com o objetivo de investigar as práticas subversivas. Dos acusados destas práticas, pode-se citar Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes, Caio Prado Júnior, etc.

A partir deste cenário, a USP vira um palco de “terrorismo” no qual acontece a disseminação da prática de delação ideológica no intuito de mostrar para as autoridades da época quais eram os pensamentos dos “revoltosos” em relação ao regime militar que estava sendo exposto. Não se podia ter pensamentos e ideais contrários ao que estava sendo apresentado no momento. Desta forma, os professores acusados eram altamente punidos pela força do AI-5 que reprimia qualquer possibilidade de crítica política. À medida que havia universidades e outras instituições de ensino que estavam lutando contra a ditadura imposta pelo regime militar, por

outro lado havia aquelas que estavam apoiando a repressão decorrente da época, onde podemos citar a Universidade Federal do Paraná (UFPR) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

É evidente que as universidades menores fornecem quadros ao Regime, que participaram nos escalões intermediários da administração, nas comissões e grupos de trabalho, nos colegiados como o Conselho Federal de Educação, etc. (Germano 1994)

#### 4 OS MOVIMENTOS ESTUDANTIS APÓS O GOLPE DE 1964: MORTE E REPRESSÃO

Neste ambiente caótico, é de fundamental importância citar a participação e resistência no âmbito universitário, exclusivamente falando dos estudantes, pois, sabemos que os movimentos estudantis foram altamente silenciados e reprimidos por parte das forças armadas. Em 1964, logo depois do primeiro dia após o golpe, a sede da União Nacional dos Estudantes – UNE - localizada no Rio de Janeiro foi invadida e incendiada pelas forças apoiadoras do regime. Alguns meses depois, em novembro do mesmo ano, a chamada Lei Suplicy – referenciada assim por causa do ministro da educação na época Flavio Suplicy de Lacerda – fez com que a UNE e outros órgãos de representações estudantis se tornassem ilegais, criando outros órgãos que estivessem entrelaçados com o governo. Tudo isso no objetivo de silenciar, descaracterizar e aniquilar a luta dos movimentos estudantis.

Há uma reação dos estudantes por parte da Lei Suplicy, ao autoritarismo e à política educacional adotada pelo governo militar. Em 1966, houve a chamada “setembrada”, que foi uma luta de imposição travada contra a lei, onde este movimento foi caracterizado como um dos mais importantes em relação a contrariedade da repressão nacional. Em 1967, se destaca outros movimentos que lutaram contra o MEC-Usaid e outros aspectos das políticas educacionais como a privatização do ensino e a ação integrada de estudante que exigiam mais vagas e mais verbas para a educação.

Em 1968, foram realizadas diversas manifestações contra a ditadura civil-militar, dentre elas podemos destacar a passeata que teve um número estimado em 100 mil manifestantes. A UNE, sendo considerado um órgão ilegal, ainda conseguia realizar congressos na clandestinidade até, aproximadamente, o ano de 1968. De um modo geral, de acordo com Germano, o ano de 1968 foi bem agitado, pois, desde o início deste ano, se presenciava diversas manifestações contra a ditadura civil-militar, tendo os estudantes como principais manifestantes. Em março de 1968

ocorre uma passeata com cerca de 60 mil pessoas em protesto a morte do estudante universitário Edson Luiz, que foi morto brutalmente pelos militares.

Os protestos estudantis continuam a acontecer ainda no corrente ano. Em 20 de junho, a polícia militar cerca a reitoria da UFRJ e prende vários estudantes. Um dia depois, ocorre outra manifestação com uma participação significativa da população. Deste, ocorrem diversos conflitos, o que acaba resultando na prisão de cerca de mil pessoas, 57 feridos e 3 mortos. No dia 26 de junho ocorre a passeata dos 100 mil como já foi bem destacada. No dia 4 de julho ocorre outra passeata no Rio de Janeiro com cerca de 50 mil pessoas. Ocorrem greves e manifestações em diversas universidades do país ainda no segundo semestre de 1968, mas com menos intensidade. Em agosto, ocorre a prisão de um líder estudantil chamado Wladimir Palmeira. Em setembro, ocorre a terceira invasão à Universidade de Brasília, deixando muitos feridos e mortos. O chamado Comando de Caça aos Comunistas (CCC) com apoio de militares invade a Faculdade de Filosofia da USP e assassinam mais um estudante. Em outubro, há a prisão de cerca de 800 estudantes durante o XXX Congresso da Une.

As manifestações voltaram a acontecer com mais força em diversas cidades: Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Belo Horizonte, Fortaleza, Belém, Curitiba, Natal, etc.

No Brasil, surge a resistência armada composta por intelectuais e estudantes com a influência de Che Guevara, fazendo com que a ação e a influência da esquerda se aflorem. Logo, em represália, se cria o AI-5, que foi considerado o verdadeiro terror, pois este impunha uma ditadura sem restrições em todos os segmentos sociais. Desta forma, com o mesmo sendo aplicado também nas universidades e escolas, acarretará o banindo dos protestos estudantis.

### **5 A REFORMA UNIVERSITÁRIA DE 1968 PROPRIAMENTE DITA**

Em contraponto pós 1964 sob a égide do golpe de estado que se instaurou, desenvolveu-se um processo de reorientação geral do ensino no país. O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), criado em 1961 por iniciativa de um grupo de empresários, funcionou como um verdadeiro partido ideológico que teve papel decisivo na deflagração no golpe civil militar. Nos meses de setembro, outubro e novembro o IPES se dedicou a preparar um “simpósio sobre a reforma da educação” realizado em dezembro de 1964.

Em continuidade às suas ações, o mesmo IPES organizou em colaboração com a Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro, um fórum de educação denominado “a educação que nos convém”. Paralelamente a esses eventos que trouxeram vários subsídios às reformas do ensino, o governo foi procedendo à assinatura dos acordos MEC-Usaid<sup>1</sup> mediante

os quais o ministério da educação do Brasil estabelecia mecanismos de cooperação com a agência dos Estados Unidos para o desenvolvimento internacional para reformular aspectos específicos do ensino brasileiro. A nova situação instaurada com o golpe exigia adequações que implicavam mudança na legislação educacional. O ajuste foi feito pela lei 5.540/68 aprovada em 28 de novembro de 1968 que reformulou o ensino superior.

O projeto de reforma universitária (Lei n. 5.540/68) procurou responder às suas demandas contraditórias: de um lado, a demanda dos jovens estudantes ou postulantes a estudantes<sup>3</sup> universitários e dispersores reivindicando a abolição da cátedra, a autonomia universitária e mais verbas e mais vagas para desenvolver e ampliar o raio de ação da universidade; de outro, a demanda dos grupos ligados ao regime instalado com o golpe civil militar, buscando vincular mais fortemente o ensino superior aos mecanismos de mercado e ao projeto político de modernização em consonância com os requerimentos do capitalismo internacional.

Não é coerente se pensar que a reforma universitária de 1968 tenha sido produzida apenas por objetos de recomendações de imposição da Usaid através de assessores que trabalharam junto ao MEC. Cunha explica:

A concepção de universidade calcada nos modelos norte-americanos não foi imposta pela Usaid, com a conivência da ditadura, mas, antes de tudo, foi buscada, desde os fins da década de 40, por administradores educacionais, professores e estudantes, principalmente aqueles com um imperativo da modernização e, até mesmo, a democratização do ensino superior em nosso país. Quando os assessores americanos aqui desembarcaram, encontraram um terreno arado e adubado para semear suas ideias (Cunha, 1988).

Ainda de acordo com Germano (1994), a reforma universitária do Regime Militar representa, sobretudo, uma incorporação desfigurada de experiências e demandas anteriores, acrescida das recomendações privatistas dos assessores da Usaid e de outras comissões – como a comissão Meira Mattos – criadas para analisar e propor modificações do ensino superior brasileiro.

Baseando-se em Cunha (1983), para a UNE, todo o sistema educacional, além de restrito, seria altamente seletivo, desvinculado da realidade social.

O ensino médio não estaria organizado de acordo com as necessidades do desenvolvimento, sendo reduzidos os cursos técnicos e predominantes as escolas particulares. O ensino superior era visto como um entrave ao desenvolvimento do país,

---

<sup>3</sup> Série de acordos produzidos, nos anos de 1960, entre o Ministério da Educação brasileiro (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID), no qual visavam estabelecer convênios de assistência técnica e cooperação financeira à educação brasileira.



pois não estava formando os profissionais exigidos, nem as universidades estariam assumindo a liderança que lhes cabia (Cunha, 1983).

Para Fernandes (1975), não era necessário reformular o ensino superior, mas sim organizá-lo, pois os problemas, pelas quais as universidades brasileiras passavam, giravam em torno das questões quantitativas, pedagógicas e sócio dinâmicas. A reforma que tanto se esperava, criou anseios diferentes de seu sentido no qual a elite estava mais ativa dentro dessa reforma, o que no caso, não devia ter ocorrido, e o conservadorismo era um elemento chave, que na verdade a reforma foi conduzida pela elite militar.

Com base nos acordos do MEC-Usaid, foi constituído um grupo denominado Equipe de assessoria ao Planejamento do Ensino Superior (EAPES). O mesmo produziu um trabalho que visava contribuir para a reforma de 1968, onde este partia do pressuposto de que a educação era essencial ao desenvolvimento econômico da sociedade e sugeria a adoção de medidas como: sistema de créditos, organização departamental, ciclo básico e ciclo profissional, etc. Além disso, focava bastante na privatização do ensino. A Eapes também defendia a gratuidade do ensino público apenas no tocante ao primário. O que dizia respeito ao secundário e superior, o ensino poderia ser gratuito quando a pessoa pudesse apresentar uma prova com a falta de recursos, ou seja, o indivíduo deveria declarar carência de bens materiais.

Ainda sobre o trabalho articulado pela Eapes, havia também o estímulo de criação de universidade particular, prestando-lhes o governo auxílios, a fim de assegurar nelas vagas para os alunos pobres, mas apenas em casos extremos o governo poderia custear as finanças do aluno na instituição.

Em suma, percebe-se que a política educacional foi altamente formulada no estopim da ditadura civil-militar com o principal propósito de conter as mobilizações estudantis e os possíveis focos de resistência ao golpe de 1964 existentes nas universidades. A Reforma Universitária, principal acontecimento assomado a partir das políticas educacionais, tinha objetivos de restauração da ordem juntamente com elementos que renovassem a educação existente nestes anos passados.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas educacionais adotadas pelo Estado Militar, nas quais foi um dos principais agentes resultantes das reformas universitária e de ensino médio, acontecidas em 1968 e 1971, respectivamente, deixaram o seu legado e reflexo até os dias de hoje na educação do país mesmo depois de mais de 50 anos após o ocorrido. Estes episódios considerados de grande marco na

história da educação brasileira visavam apenas o fortalecimento do sistema capitalista que sempre foi predominante e destacado nos 21 anos de ditadura civil militar no Brasil.

Todas estas práticas relacionadas à educação do país tinham como intuito estabelecer um ensino superior privado, sendo que estas não se importavam com as minorias, com as pessoas que não podiam fazer parte do número de estudantes que poderiam ingressar numa universidade privada. Pode-se destacar através de leituras que o elitismo se fez presente nas diversas tomadas de decisões a respeito da educação no Brasil. Desde aquela época, os cursos das áreas das ciências humanas sempre foram afetados por gerarem muita mão de obra e pouco lucro para o Estado, no qual podemos destacar como exemplo uma invasão que ocorreu na Faculdade de Filosofia da USP. Desta forma, cursos como medicina, engenharias e exatas sempre tiveram muito mais importância e destaque do que os das ciências humanas.

Desde aquela época, os civis e militares consideravam os intelectuais e seres pensantes como pessoas subversivas, pois estas ou a maioria eram contrárias ao regime imposto pelos militares e como pessoas sãs, elas lutavam pelos seus direitos com unhas e dentes, tentando resistir à repressão. Assim, sempre se pôde destacar uma hierarquização do ensino no interior dos campus universitários. Havia uma centralização dos recursos financeiros por parte do governo militar, pois tudo o que acontecia deveria ser de interesse dos detentores do poder.

Tratando-se de políticas educacionais brasileiras e a reforma universitária de 1968, é um tanto impossível não fazermos uma alusão e relação com o governo brasileiro de hoje em dia, pois, nos dá a perceber que estamos entrando num contínuo e incessante retrocesso, onde a educação deixa de ser valorizada para ser sucateada. As tomadas de decisões do Ministério da Educação são extremamente assustadoras. Os estudantes estão voltando às ruas para combater a repressão que já está se iniciando por mais uma vez. Os cursos das ciências humanas continuam a ser desvalorizados e sucateados, o que realmente não muda em relação ao que foi exposto a respeito de algumas medidas tomadas pelos militares enquanto estavam no poder.

Movimentos estudantis estão se mobilizando e agindo em prol da educação. Como exemplo, podemos citar a União Nacional dos Estudantes (UNE) que está lutando como já lutou na década de 60 pela nossa educação de ensino superior pública que tentaram nos tirar durante os anos horripilantes da ditadura civil militar.

Contudo, estamos vivendo novamente o modelo de educação adotado pela ditadura civil militar ocorrida de 1964 a 1985.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Isa Cristina; SILVA, Rafael; BANDEIRA, Tainá. **A reforma universitária de 1968 e as transformações nas instituições de ensino superior.** Departamento de História – UFRN.

BARBOSA, Roldão Ribeiro; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. **Uma historiografia da reforma universitária de 1968.** Ceará, 2009.

BERTICELLI, Ireno Antônio. **Currículo como prática nas reentrâncias da hermenêutica.** Educação e Realidade. VOL. 30, nº 1. Pp. 23-48, 2005.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior.** Rio de Janeiro: F. Alves, 1988.

\_\_\_\_\_. **O legado da ditadura para a educação brasileira.** Campinas, 2014.

FERNANDES, Florestan. **Universidade brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985).** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1994.

GIRALDELLI, Taís Renata; KIRA, Luci Frare. **Reforma universitária de 1968 e as contribuições de Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro e Vieira Pinto: considerações sobre o pensamento.** Paraná, 2015.

MARTINS, Carlos Benedito. **A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil.** Campinas, 2008. Disponível em:  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302009000100002&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302009000100002&lang=pt).  
Acesso em: 21/05/2019.

SAVIANI, Dermeval. **O legado educacional do regime militar.** Cad. Cedes, Campinas, Vol. 28, nº. 76, p.291-312, 2008b.

**MÚSICAS:**

RAMALHO, Zé. Admirável gado novo. Epic. 1979. 4:53.